

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2013

Autoriza a Caixa Econômica Federal a destinar percentual da arrecadação das loterias por ela administradas para os clubes de futebol das 2ª, 3ª e 4ª Divisões dos Campeonatos Brasileiros de Futebol.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica a Caixa Econômica Federal autorizada a destinar 3% (três por cento) da arrecadação total de todas as loterias por ela administradas para os clubes de futebol que disputam as 2ª, 3ª e 4ª Divisões do Campeonato Brasileiro de Futebol, na seguinte proporção:

I – 1,2% (um vírgula dois por cento), subdivididos em partes iguais, para os clubes de futebol da 2ª Divisão;

II – 1,0% (um por cento), subdivididos em partes iguais, para os clubes de futebol da 3ª Divisão;

III – 0,8% (zero vírgula oito por cento), subdivididos em partes iguais, para os clubes de futebol da 4ª Divisão.

Parágrafo único. O percentual de que trata o *caput* será deduzido do valor destinado ao prêmio bruto.

Art. 2º Os recursos de que trata o art. 1º serão disponibilizados aos beneficiários até o dia 15 do mês subsequente ao da realização dos sorteios, conforme disposto em regulamento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os clubes de futebol brasileiro enfrentam seus piores dias no que se refere à situação econômico-financeira. A crise não atinge apenas os grandes times, geralmente disputando a Série A, mas todos eles. A situação dos clubes das demais divisões (atualmente chamadas, Séries B, C e D) é ainda mais crítica. Muitos deles, especialmente aqueles situados nas regiões Norte e Nordeste, não têm recursos sequer para pagar a folha de pagamento de seus empregados.

De acordo com matéria publicada na revista *Istoé Dinheiro*, em janeiro de 2013, 65% da renda do mercado brasileiro de futebol, estimada em R\$ 3 bilhões ao ano, está concentrada em apenas 10 grandes clubes de futebol (Corinthians, São Paulo, Internacional, Santos, Flamengo, Palmeiras, Grêmio, Vasco da Gama, Cruzeiro e Atlético-MG). A dívida total dos 20 maiores clubes é da ordem de R\$ 4 bilhões.

Inúmeras tentativas têm sido adotadas no sentido de resolver a questão financeira dos clubes, mas todas elas sem sucesso. Nem mesmo a criação da “Timemania”, com o objetivo de destinar recursos para os clubes pagarem suas dívidas tributárias e do FGTS, demonstrou-se suficiente. De acordo com o Ministério do Esporte, em 2012, esta loteria rendeu míseros R\$ 66 milhões em abate da dívida dos clubes, quantia insignificante diante do montante da dívida.

Nesse contexto, estamos apresentando a presente proposta a fim de destinar 3% de toda a arrecadação das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para os clubes das divisões inferiores do Campeonato Brasileiro de Futebol.

Apesar de parecer baixo o percentual proposto, rateado entre cerca de 80 clubes das séries B, C e D, não resta dúvidas de que a proposta significará um alívio financeiro e evitará que muitos deles entrem em situação de falência.

A Caixa Econômica Federal registrou, em 2012, arrecadação de R\$ 10.490.068.380,98. Se já se aplicassem as regras propostas, teriam sido distribuídos mais de R\$ 125 milhões por ano para os 20 clubes da Série B, o que representaria mais de R\$ 500 mil nos caixas de cada clube

por mês. Para a Série C, um total de mais de R\$ 100 milhões, cerca de R\$ 470 mil por mês para cada um dos 20 clubes. Mesmo para a Série D, com seus 40 clubes, o total teria sido de quase R\$ 83 milhões por ano, que distribuídos igualmente para cada time, representaria R\$ 175 mil por mês. Esses valores são muito superiores ao que muitas dessas equipes pequenas arrecadam num semestre. E, observamos, que, até o total que teria sido distribuído para a Série D, supera o arrecadado pela “Timemania” no mesmo ano.

Cabe ressaltar que, na proposição, utilizamos o termo “divisões”, por ser o mais correto, evitando-se que, em futura mudança da forma do campeonato brasileiro, sejam prejudicados os clubes pertencentes às, atualmente, chamadas “séries” beneficiadas.

Por todo o exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões,

Senador ANIBAL DINIZ